

MPSP cobra Urbia, banco e prefeitura por irregularidades no Ibirapuera

Ministério Público cobra respostas de Urbia, Nubank e Prefeitura de São Paulo sobre irregularidades investigadas no Parque Ibirapuera

William Cardoso

24/03/2025 20:52, atualizado 24/03/2025 20:52

Compartilhar notícia

William Cardoso/Metrópoles

São Paulo — O Ministério Público de São Paulo (**MPSP**) cobrou, nesta segunda-feira (24/3), respostas da **Urbia**, da **Prefeitura de São Paulo** e do **Nubank** durante a investigação de irregularidades no **Parque Ibirapuera**. No fim de semana, o **Metrópoles** publicou uma série de reportagens mostrando a **cobrança de preços elevados**, o **espaço exclusivo criado pela Casa Ultravioleta** do banco e a **guerra envolvendo a concessionária e assessorias esportivas**.

O inquérito do MPSP foi instaurado ainda em 2024, após representação da Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro Cequeira César (Samorcc) e da Associação de Treinadores de Corrida de São Paulo (ATC-SP). Pela primeira vez, o Nubank também consta como representado no inquérito, por conta da Casa Ultravioleta, gratuita para clientes de alta renda e que, após manifestação da prefeitura, passou a cobrar taxa de R\$ 150 para a população em geral — considerada extorsiva pela Promotoria.

“A concessionária, em verdade, está ‘loteando’ o Parque Ibirapuera, transformando-o em um ‘shopping center’ a céu aberto, com espaços exclusivos de empresas que podem pagar uma ‘taxa’ ou aluguel. Com isso, já há redução substancial de espaço livre para o uso comum da população”, diz trecho do despacho do promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social Silvio Marques.

O MPSP realizou oitivas e apontou que ficou patente que são cometidos abusos em meio à concessão.

“Além da injusta e ilegal cobrança de ‘taxas’ das associações e limitações do uso do espaço público, o Parque Ibirapuera se tornou em um local elitizado, com locação de espaços a determinadas empresas que restringem o pleno acesso à população, como a instalação do espaço Nubank, que permite apenas seu uso pelos clientes ultravioleta ou àqueles que paguem uma ‘taxa’ extorsiva. Há ainda a presença de comércio de produtos e alimentos, brinquedos, bebidas alcoólicas e outros objetos a preços elevados”, diz, no despacho.

Achaque

No despacho, Marques afirma que o Ministério Público poderá tomar medidas criminais, considerando que há informações no sentido de que “representantes da Urbia estão achacando e constrangendo ilegalmente usuários do Parque e representantes de assessorias [esportivas] visando à cobrança de ‘taxas’ ou mesmo os impedindo de utilizar o local”.

“É absolutamente inaceitável que as pessoas sejam constrangidas a pagar para usar o parque. As pessoas que se sentirem prejudicadas, podem procurar a polícia e fazer BO [boletim de ocorrência], caso sejam procuradas por funcionários da concessionária”, afirmou o promotor ao **Metrópoles**.

Marques diz também que quem tem que estipular regras de utilização do local é a prefeitura, não a Urbia, que é responsável somente pela gestão do espaço. Segundo o promotor, se for consumada a cobrança das assessorias esportivas, elas podem passar a exigir exclusividade em determinadas áreas, o que também não teria amparo na legislação. “A assessoria vai querer reservar espaço, e isso também é inaceitável. Senão, daqui a pouco, vai ter 60 assessorias querendo reservar lugar, com cordas, no parque.”

Sobre os preços praticados dentro do parque, como apontado pelo **Metrópoles**, o promotor também diz que isso precisa ser revisto. “Quanto aos preços, é um dos efeitos da concessão predatória que está acontecendo. É execução predatória do contrato de concessão”, afirma.

Poluição visual e Conpresp

O despacho também cita outras questões relacionadas à concessão. “Foram anexadas fotografias atuais do Parque do Ibirapuera, que demonstram o excesso de comércio em suas dependências, poluição visual e até a locação ou cessão de imóvel para uso exclusivo de ‘clientes ultravioleta’ do Nubank junto ao portão 7”, diz.

Marques também diz que o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp) tem respondido que “há dificuldades

em obtenção de informações da concessionária Urbia”. Mas faz uma ressalva. “Por outro lado, há notícia de que o mesmo órgão [Conpresp] tem aprovado de forma reiterada todas as construções no interior do parque, inclusive novos restaurantes, o espaço exclusivo do Nubank e um novo ‘HUB esportivo’ destinado à locação de salas para profissionais e empresas, entre outros. Assim, é imperativo obter informações daquele órgão sobre as medidas efetivas para coibir as irregularidades. A mesma medida é cabível em relação ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat)”.

O que dizem Urbia, Nubank e prefeitura

A Urbia diz que, até o momento, não foi formalmente notificada sobre o inquérito. “Caso isso ocorra, prestará todos os esclarecimentos necessários no âmbito do processo”, afirma.

Em entrevista ao **Metrópoles**, o diretor da Urbia Samuel Lloyd defendeu a cobrança de taxas das assessorias esportivas. “O contrato de concessão nos garante que absolutamente todas as atividades comerciais deste território, mas não só, incluem também símbolos, imagem, marca do Parque Ibirapuera, são exclusividade dessa concessionária. Exatamente para a gente conseguir bancar todo esse investimento que está sendo feito. E eu acho que isso é o mais difícil de as pessoas entenderem”, afirmou.

A Urbia também defendeu a presença da Casa Ultravioleta. “A iniciativa está alinhada ao planejamento de melhorias para ampliar o acesso e a experiência dos visitantes”, disse. “Todos os frequentadores do parque podem usufruir dos serviços oferecidos no local, mediante disponibilidade e pagamento da tarifa

correspondente. O deck externo segue aberto ao público gratuitamente”, afirmou a concessionária, em nota.

O Nubank diz que não recebeu a notificação e “reforça que está comprometido em respeitar as regulamentações vigentes”.

Procurada, a prefeitura não se manifestou sobre o despacho do promotor até a publicação da reportagem. Na sexta-feira (21/3), disse que acompanha o caso para que todas as partes cumpram o contrato. O espaço segue aberto.

Fonte: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/mpsp-cobra-urbia-banco-e-prefeitura-por-irregularidades-no-ibirapuera>

=====

Parque Ibirapuera tem “preços de aeroporto” pós-concessão em SP

De tapioca com manteiga por R\$ 28 aos R\$ 27 por litro de água de coco, Parque Ibirapuera tem “preços de aeroporto” após ser concedido em SP

William Cardoso

22/03/2025 08:45, atualizado 22/03/2025 16:24

Compartilhar notícia

[William Cardoso/Metrópoles](#)

São Paulo — Tigela de açaí por R\$ 43; tapioca com manteiga por R\$ 28; espaguete individual, R\$ 105; um expresso, R\$ 12; água mineral, de R\$ 5 a R\$ 10; e o litro da água de coco, R\$ 27. Estes são alguns dos “preços de aeroporto” em cardápios espalhados pelo **Parque Ibirapuera** pós-

concessão, que tem chamado a atenção e gerado críticas por parte de frequentadores.

O Ibirapuera de hoje, pouco depois de completar 70 anos, mudou. São várias as marcas e logotipos que se misturam com o extenso verde do local, elevando o padrão de consumo do parque a um patamar similar ao de bairros ricos da vizinhança, onde estão alguns dos metros quadrados mais caros da capital paulista.

O local, que ainda é um parque público, recebe moradores de diversas regiões da cidade, com perfis socioeconômicos variados, principalmente nos fins de semana, quando a movimentação nos pontos de ônibus é enorme.

Em 2019, após negociações iniciadas por João Doria e concluídas por Bruno Covas (ambos do PSDB), o Ibirapuera foi entregue por concessão à Urbia, um braço da construtora Construcap. Era a cereja do bolo em um lote de seis parques administrados pela prefeitura que foram cedidos à empresa. A concessionária tinha, entre outros, a obrigação de investir R\$ 105 milhões no total — e afirma que só no Ibirapuera já foram R\$ 226 milhões. A concessão vale por 35 anos, com outorga fixa de R\$ 70,5 milhões.

Desde então, o parque teve melhorias. Os banheiros viraram uma espécie de “cartão de visitas” e são prova de que o local realmente evoluiu em comparação com o passado. Apesar disso, **os preços dos produtos vendidos lá dentro chamam a atenção** e até assustam.

Uma família formada por dois adultos e três crianças que resolva tomar uma água de coco e chupar um picolé cada pode, facilmente, gastar R\$ 115 por lá. Se pararem em uma das lanchonetes do local e cada um quiser comer apenas um misto quente (pão, presunto e queijo prato), corre-se o risco de desembolsar mais R\$ 160 no total.

De acordo com a Urbia, ainda que haja uma “inquietação” sobre os valores praticados, o preço praticado é necessário para a manutenção do local. A concessionária disse, em entrevista ao **Metrópoles**, que o quesito alimentação era, no passado, o que constava com a nota mais baixa na avaliação feita pelos frequentadores, daí a necessidade de buscar melhorias.

Entre elas, dois restaurantes foram reformados a partir de estruturas já existentes dentro do parque. Um terceiro deverá ser lançado em breve, na altura do portão 7. Os preços são, também, fator que gera comentários entre os frequentadores. Há quem ache justo pagar; outros, porém, se indignam.

O empresário Elaldo Barbosa Miguel, 47 anos, afirma que os valores cobrados no parque são “exorbitantes” e prejudicam principalmente pessoas de baixa renda. “Está irreal, até porque são públicos de faixas sociais diferentes. Para quem tem poder aquisitivo, tranquilo. Mas percebo que vem muitas pessoas do extremo sul que não conseguem acompanhar esses preços, que são muito altos”, diz. “Acabei de comprar duas águas de coco e deu R\$ 26”, afirma.

Montar um desses restaurantes no Ibirapuera pode exigir investimento de até R\$ 6 milhões — a Urbia entrega só a “casca” e todo o restante vem do interessado. A concessionária abocanha de 15% a 20% do faturamento.

Preço dos carrinhos fixos

Ter um carrinho no parque, aqueles verdes com madeira, não é de graça. Cada proprietário paga mensalmente R\$ 1 mil ou 10% do faturamento, ganho que é controlado por maquininhas fornecidas pela própria Urbia. Além disso, o vendedor tem que pagar taxa mensal de R\$ 500 pela manutenção do carrinho, que carrega propaganda da Ambev.

O litro da água de coco por R\$ 27 vira um capítulo à parte, como mostra

o **Metrópoles** na reportagem **De R\$ 0,60 na Bahia a R\$ 13 no**

Ibirapuera: veja a trajetória do coco, em um exemplo de como o

modelo de negócios que se estabeleceu após a concessão pesou no bolso dos frequentadores. A água de coco é o carro-chefe do local, o segundo lugar que mais consome o produto na capital paulista (perde para bairros da região central).

A Urbia diz que a solução transformou a realidade dos ambulantes, que viviam na informalidade e agora se tornaram MEIs — medida que estava prevista no contrato de concessão. Também cita que eles têm acesso a produtos da Ambev, que detém a exclusividade no parque, por custo mais baixo do que se comprassem de outros fornecedores, o que faz com que a margem de lucro seja ainda maior (a lata de um refrigerante por R\$ 1,89 passa a ser vendida por R\$ 7, por exemplo).

Fonte: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/parque-ibirapuera-tem-precos-de-aeroporto-pos-concessao-em-sp>